

Família / Family

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.31>

Ana Nunes de Almeida

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal

Família

Foi Ph. Ariès quem trouxe, em 1960, a proposta para as ciências sociais: o sentimento da infância seria um dos pilares fundadores da família moderna. Ao contrário do que sucedia nas sociedades rurais do Antigo Regime, o centramento afetivo do casal em torno da criança-filho representa uma nova maneira de viver em família e de esta se relacionar com a comunidade. Desde meados do século XVIII, em meios burgueses das cidades europeias, onde a fecundidade começa a baixar, a família é representada como uma concha de laços afetivos entre marido e mulher, entre pais e filhos. À sua dimensão patrimonial, a da ordem das coisas e da sua transmissão, junta-se agora a dimensão sentimental, a representação do amor como fundamento para a sua existência.

A criança é acolhida num colo de afeto pelos pais, num espaço que é agora privado, virando costas à vida pública. Deixa de ser vista como um adulto em miniatura, antes é concebida como um ser único, frágil, a merecer o carinho e a proteção dos pais. Para além da família, entende-se que o seu lugar de socialização é a escola, entre outras crianças, onde aprende com mestres a crescer, adquirindo saberes técnicos, mas também princípios morais. A ideia de infância começa assim a destacar-se da de trabalho, como ocorria no passado ou ainda entre as classes populares: desde que fisicamente apta, a criança era tradicionalmente um elemento da rede de trabalho de adultos, participando com eles na angariação de sustento para todos. Pelo contrário, na modernidade do Ocidente europeu, entre os favorecidos, o ideal da infância remete para a dimensão expressiva dos lares, o confinamento feminino, por um lado; e para a escola, entre pares, por outro. Esse ideal está longe de se concretizar em todos os grupos sociais, designadamente entre as classes desfavorecidas. Mas a sua força virá a ser cada vez maior e difundida para todos – desde então até ao presente.

A construção social da infância surge, portanto, historicamente ancorada num certo tipo de família. E a familiarização da criança, isto é, a ótica de a estudar exclusivamente através da lente familiar e da voz dos adultos responsáveis por ela em casa, perdeu durante décadas. Na própria sociologia da família, a criança contava para caracterizar a dimensão e a morfologia do agregado doméstico, a descendência dos casais, a divisão de tarefas

em casa, por exemplo. Mas na investigação era subsumida na realidade doméstica: não lhe é dado o estatuto de co-produtor ativo (com os pais) da vida familiar, nem lhe é reconhecida autonomia concetual nas análises de dinâmicas na família. Neste âmbito, o exemplo do estudo dos modelos educativos e dos estilos parentais era particularmente revelador: a perspectiva dominante baseava-se no discurso e nas experiências dos pais face aos filhos, excluindo (salvo raras exceções) o ponto de vista das crianças. Como se estas não possuíssem voz ou agência próprias no processo. Como se educar fosse um esforço parental unidirecional de cima para baixo, dirigido a um objeto que, tal como uma tábua rasa, se deixasse moldar passivamente pelos valores que recebe de fora.

É a sociologia da infância, a partir de meados dos anos 80 do século XX, que virá a introduzir uma nova perspectiva. Descolando a criança, as crianças, como grupo ou geração, do seu enraizamento familiar. Esse corte teórico foi crucial para nos fazer olhar a sociedade a partir do ponto de vista dos mais novos e pôr em perspectiva a existência e os processos de construção das clivagens geracionais; para retirar as crianças de uma longa quarentena estatística que abafava as especificidades e perfis deste grupo etário, face a realidades demográficas, económicas, sociais, culturais; para questionar os seus direitos de cidadania e participação na construção da vida coletiva. Lembremo-nos, porém, que as condições da infância contemporânea não se podem totalmente libertar da sua raiz familiar.

Logo à partida, o lugar mais ou menos favorecido que a família da criança ocupa na estrutura das sociedades, sobretudo naquelas com desigualdades mais vincadas, têm um impacto notável no seu destino social. Não é indiferente, mesmo em pleno século XXI e na União Europeia, nascer-se em berço de ouro ou numa alcoba pobre. O capital escolar e social da família de origem molda também muito fortemente o sucesso escolar, a maior ou menor diversidade do reportório de experiências de vida infantil para além da escola. Sem conhecermos as profundas mudanças que a família tem vindo a sofrer nas últimas décadas, não compreendemos muitos dos cenários diversos onde as crianças se movem e desenvolvem a sua agência: é mais frequentemente um filho único, cresce com menos irmãos e menos primos, atravessa processos de divórcio e recomposição familiar dos pais, estabelece laços de parentalidade social, sente os impactos das atividades profissionais de pai e mãe num quotidiano onde escasseia o tempo de convivência familiar.

Por outro lado, a própria casa, a par da escola, é um lugar da infância por excelência. O lugar das rotinas privadas retemperadoras: brincar, comer, descansar, dormir; das práticas de consumo, desde a alimentação até à cultura, passando pelas práticas de lazer. As novas TIC vieram aliás transformá-la frequentemente num recreio digital para filhos (e para pais também). Adquiridas pelos pais com objetivos educativos (prolongamento e enriquecimento das tarefas escolares) e securitários (como meio de manter os filhos longe dos *stranger danger* do espaço público), os usos que os filhos lhes dão ultrapassam estes limites. Equipamentos de todo o tipo, ligados à internet, proporcionam às crianças plataformas sem fronteiras onde aprendem e recolhem informação, brincam e jogam, comunicam e se relacionam com o grupo de pares, frequentam redes sociais e produzem, os mais proficientes, conteúdos digitais. As crianças são protagonistas de novas mobilidades *online-offline*, virtual-real e contribuem, através destas suas atividades, muitas vezes simultâneas, para o esboroamento de fronteiras privado-público.

Mas há outros não humanos que povoam os universos da infância. Neles, a onnipresença simbólica dos animais (representados em brinquedos, personagens e histórias infantis, roupas, desenhos animados e filmes, etc.) é impressionante. Ora é justamente no espaço privado e íntimo da casa, também, que um número significativo de crianças se relaciona física e afetivamente com animais de companhia – os quais consideram, não raro, membros da própria família. Não é por acaso que alguns autores se referem hoje à “família multi-espécies”. Os propósitos dos pais, à semelhança do que se passa aliás com as TIC, são idealmente pedagógicos: aqui trata-se de proporcionar aos filhos a experiência educativa de cuidar do outro, uma companhia securizante, fiel e brincalhona, a familiaridade com um mundo natural cada vez mais distante dos modos de vida urbanos. Podemos interrogar-nos, neste quadro, até que ponto, através das suas práticas de relação com os animais, as crianças não estarão também aqui a desfazer fronteiras e hierarquias estabelecidas – aquelas que têm vingado entre humanos e animais não humanos – desafiando visões antropocêntricas do mundo.

Em suma. Se é crucial autonomizar concetualmente as crianças da família a que pertencem, o contexto familiar e a casa são relevantes para se entenderem as condições sociais da infância. Através deles abrem-se portas para desconstruir a sua representação como entidade abstrata e universal, iluminando alguns recantos da sua diversidade interna.

Family

In 1960 Philippe Ariès was responsible for introducing the concept to the social sciences sphere: the *sentiment de l'enfance* (the idea of childhood) was one of the foundational pillars of the idea of the modern family. Contrary to what occurred in the rural societies of the *ancien régime*, the couple's affective focus on the infant-child represented a new form of family life and the way it related to the wider community. In the bourgeois circles of European cities, with fertility in decline, the family has, since the mid-eighteenth century, been represented as an enclosed space of affective bonds between husband and wife, and between parents and children. The sentimental aspect, the presentation of love as the foundation for its existence, was now added to those family aspects relating to the natural order of things, to inheritance and the legacies passed down through the generations.

The child is held in the affective embrace of its parents, in what is now a private space, turning away from public life. She is no longer seen as a miniature adult, but rather as a unique, fragile being deserving the care and protection of her parents. Beyond the family, she is to be socialized in the school, among other children, where teachers help her to grow, acquiring both technical knowledge and moral principles. The idea of childhood thus starts to separate from that of work. As happened in the past, but still occurs in today's less well-off classes, the child traditionally belonged to those who laboured with the adults, provided she was physically fit to work, taking part in the process of securing sustenance for all. Among the accepted ideals of western European modernity, in contrast, the ideal of childhood reflects the expressive aspect of the home, namely female confinement on the one hand, and school, among the child's peers, on the other. This ideal is far from being realized in all social groups, in particular among the less privileged classes. But it is an ideal which has consistently grown in strength and universal influence – from the past down to the present day.

In historical terms, the social construction of childhood thus emerged in a certain type of family. The familial positioning of the child, that is to say, studying her exclusively through the lens of the family and by listening to the voice of the adults in charge of her at home, lasted for decades. In sociology of the family as a discipline, the child served to characterize, for example, the size and morphology of the household, the couple's offspring, or the division of tasks in the home. In the research field, however, the child was subsumed in the reality of the home: she was not granted the

status of active producer of family life (jointly with her parents), nor was she granted conceptual autonomy in the analysis of family dynamics. In this framework, the study of educational models and parental styles was particularly revealing: the dominant focus was on the discourse and experience of the parents concerning their children, with the children's point of view only rarely being taken into account. This amounted to behaving as if children had no independent voice or agency in the process, as if bringing them up were a one-way, top-down parental task, directed at an object which, like a blank slate, allowed itself passively to be shaped by external values.

It was the responsibility of the sociology of childhood, from the mid-1980s onwards, to develop a new approach by detaching the children - as a group or generation from their rootedness in family. This theoretical break was crucial in enabling us to see society from the point of view of its younger members, in putting generational divides into perspective and showing how they are constructed; in extracting children, in the context of demographic, economic, social and cultural facts, from the long statistical quarantine in which the specific characteristics and profiles of this age group had been suppressed; in raising the issue of their rights to citizenship and participation in collective life. Let us not forget, even so, that childhood today cannot be totally liberated from the roots in family.

From the outset, the place in society which a child's family occupies, in terms of material advantages, especially in those societies with the most marked inequalities, has a noticeable impact on their social trajectory. Even in the world of the 21st-century European Union, it makes a difference if one is born with a silver spoon in one's mouth or in a miserable hovel. The origins of the family's educational and social capital also have a strong influence on educational attainment and on the greater or lesser variety of childhood experiences outside school. Unless we study the profound changes which the family has undergone in recent decades, we shall fail to understand the many and varied contexts in which children live their lives and develop agency. Most often, if the child is an only child, she grows up with fewer siblings and cousins, experiences divorce and family reconstitution, establishes social parenting bonds, and feels the impact of her parents' occupations in a daily life where family time is scarce.

In addition to school, the home itself is the childhood space par excellence, the place for regenerative private routines: playing, eating, resting,

sleeping, the place for the practice of consumption, from food to leisure to culture. Moreover, new information technologies have often transformed the home into a place of digital recreation for children (and for parents). Technology, purchased by parents with educational and security objectives in mind (extending and enriching classroom tasks and as a means of keeping them away from the threats and dangers of the public space), has been taken beyond these aims by the ways in which children use it. Equipment of all types, connected to the Internet, provides children with boundless platforms for learning and gathering information, playing, communicating and relating to their peers, joining social networks and, for the most proficient among them, producing digital content. Children are the new protagonists of online-offline and virtual-real mobility. Through these activities, often carried out simultaneously, they help to break down the barriers between public and private.

There are also others – non-humans – populating the childhood universe. The symbolic omnipresence of animals, as represented in toys, childhood characters and stories, clothes, cartoons and films, etc., is astonishing. It is precisely in the intimate private space of the home that a significant number of children relate physically and affectively with companion animals – which they often see as members of their own family. It is not by accident that some writers today refer to the “multispecies family”. As with information and communication technologies, parents’ aims and ideals here are educational: giving their children the formative experience of looking after another, a security-inducing, faithful and playful companion providing familiarity with a natural world which is increasingly removed from the ways of urban life. In this context we may legitimately enquire as to whether and to what extent children, in relating to animals, are not also breaking down established lines of demarcation and hierarchy – those which have prevailed between humans and non-human animals – and thereby challenging anthropocentric worldviews.

Finally, while it is important conceptually to view children independently of the families to which they belong, the family context and the home are significant elements in any understanding of the social conditions of childhood. Through them, doors are opened to the deconstruction of its representation as an abstract and universal entity, illuminating some corners of its internal diversity.

Referências / References

Almeida, A. N. de, Delicado, A., Alves, N. A. & Carvalho, T. (2014). Internet, children and space: revisiting generational attributes and boundaries. *New Media and Society*, 17(9), 1-18. doi: 10.1177/1461444814528293

Ariès, P. (1960). *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon.

Irvine, L. & Laurent, C. (2017). More-than-human families: Pets, people, and practices in multispecies households. *Sociology Compass* 11 (2), 1–13. doi:10.1111/soc4.12455.